

Créditos de carbono são usados como fachada por infratores ambientais, aponta investigação

umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2025/07/08/creditos-de-carbono-sao-usados-como-fachada-por-infratores-ambientais-aponta-investigacao.ghtml

8 de julho de 2025



Uma investigação da agência de notícias [Reuters](#) revelou que projetos de preservação ambiental na Amazônia brasileira — **criados para gerar créditos de carbono** — estão beneficiando empresas e indivíduos com histórico de desmatamento ilegal. A reportagem analisou 36 projetos registrados nos principais mercados de carbono voluntário e identificou que ao menos **24 têm entre seus responsáveis pessoas ou empresas multadas pelo Ibama por infrações como corte ilegal de árvores, transporte de madeira sem licença e fraude documental.**

Em cinco casos, o próprio Ibama responsabilizou os envolvidos por extração ilegal de madeira dentro das áreas dos projetos de conservação. Em sete deles, as autuações por desmatamento continuaram mesmo após a certificação dos projetos em registros internacionais, como os administrados pelas organizações Verra e Cercarbono.

Para o ex-diretor de combate ao desmatamento no Ministério do Meio Ambiente, professor Raoni Rajão, o modelo atual do mercado voluntário de carbono "pode estar financiando os mesmos grupos que contribuem para a devastação da floresta". "Eles reduzem o desmatamento em uma área, mas usam os recursos para desmatar outra", alertou.

Entre os compradores dos créditos emitidos por esses projetos estão grandes corporações, como a Boeing, Telefónica e Ecopetrol. As empresas afirmaram confiar nas certificadoras para garantir a integridade dos projetos, mas a Verra e a Cercarbono anunciaram que estão conduzindo investigações internas.

Um médico, milhões em carbono e o 'faroeste' na floresta

O caso mais emblemático envolve o médico Ricardo Stoppe Junior, que se tornou um dos principais vendedores de créditos de carbono do Brasil. Desde 2020, Stoppe comercializou cerca de US\$ 15 milhões em créditos, segundo a AlliedOffsets. Em junho de 2024, ele foi preso pela Polícia Federal durante a "Operação Greenwashing", acusado de liderar um esquema criminoso que envolvia grilagem de terras, corrupção e lavagem de madeira retirada ilegalmente da Amazônia.

Assine aqui a nossa newsletter

Li e concordo com os [Termos de Uso](#) e [Política de Privacidade](#).

A PF afirma que Stoppe e seus sócios usavam projetos de carbono como fachada para forjar títulos de terra, legalizar madeira extraída em áreas públicas e vender créditos com base em promessas de conservação que ocultavam atividades ilegais. Relatórios apontam que o esquema chegou a esquentar mais de 1 milhão de metros cúbicos de madeira com licenças fraudadas.

Após sua prisão, os projetos de Stoppe foram suspensos pela Verra. O médico nega as acusações e afirma que seus projetos levaram proteção legal a regiões abandonadas pelo Estado. "Ali não existe o Estado, entendeu? Não existe polícia, não existe nada. Entendeu?", disse Stoppe. "Ali está na fase do faroeste."

Lideranças indígenas da Terra Kaxarari, vizinha aos projetos de Stoppe no Amazonas, relataram que recusaram parceria com o médico após desconfiarem das intenções. "Como é que ele está desmatando e, ao mesmo tempo, dizendo que protege a floresta?", questionou Edivan Kaxarari, uma das lideranças locais. Imagens de satélite e dados do Ibama confirmam que áreas associadas aos projetos de Stoppe, como o "Fortaleza Ituxi" e o "Unitor", foram alvos de desmatamento após sua entrada no mercado de carbono.

O caso expõe os riscos da falta de controle no mercado voluntário de créditos de carbono. O Brasil, que prepara a criação de um mercado regulado e mais transparente, planeja estabelecer novas exigências legais nos próximos anos. A nova legislação deverá priorizar

projetos que promovam a restauração ativa de biomas, e não apenas a conservação passiva por grandes proprietários de terra.

Subsecretária do Ministério da Fazenda, Cristina Reis afirmou que as revelações são “graves” e expõem os desafios para criar um mercado de carbono confiável. A expectativa é que a pauta ganhe ainda mais destaque na COP30, que será em Belém (PA), no mês de novembro.